

Sarney não quer que PDS discuta já voto distrital

Brasília — Na reunião de instalação da comissão especial do PDS que examinará as alterações na legislação eleitoral, o presidente do Partido, Senador José Sarney, num gesto que provocou diversas interpretações dos parlamentares presentes, solicitou que a questão da adoção do voto distrital no Brasil não seja, de início, colocada às bancadas e diretórios.

Com a presença de todos os seus membros, sob a presidência do Senador Aloysio Chaves (PA), a reunião durou pouco menos de uma hora e se realizou na sede do PDS, no Setor Comercial Sul. Ao abri-la, o Senador José Sarney destacou sua importância por se constituir no primeiro evento após o pedido de registro do Partido. Também estava presente o líder do PDS no Senado, Sr Nilo Coelho.

CONSOLIDAÇÃO

Depois que o Sr Sarney anunciou a intenção de reunir quinzenalmente a Executiva e o Diretório Nacional do PDS, como medida de dinamização partidária, e, mensalmente, o Conselho Deliberativo — formado por todos os presidentes de seções regionais — disse que uma das principais funções da comissão será consolidar a legislação eleitoral, que se encontra dispersa. "Tal providência simplificará o processo eleitoral".

O Senador Aloysio Chaves salientou que a matéria sob estudo pela comissão não tem limites, devendo ser examinados cuidadosamente os procedimentos a serem adotados com vistas a reincorporar ao Código Eleitoral disposições que hoje se encontram em legislações paralelas, como a lei que disciplina a propaganda eleitoral. As inelegibilidades, lembrou, são assunto tratado em lei complementar.

Acha que o trabalho resultante da ação da comissão não deve refletir apenas a opinião de seus membros, mas deve ser "a média da opinião do Partido".

Foi estabelecido, inicialmente, o prazo de 15 de abril para que a comissão se dirija às bancadas da Câmara e do Senado, por sugestão do Deputado Hugo Napoleão (PI). O rela-

tor, Deputado Prisco Viana, ficou com a tarefa de apresentar um roteiro de trabalho da comissão na próxima reunião, marcada para quarta-feira.

O Sr Aloysio Chaves propôs que a consulta às bancadas e diretórios não se fizesse formalmente, através de um questionário, mas deixando livres os parlamentares para que apresentem suas sugestões como lhes aprouver. O Senador Passos Porto (CE) e o Deputado Ernani Sátiro (PB) não concordaram: o primeiro por achar que questões como o voto distrital devem ser colocadas concreta e objetivamente, e o segundo por entender que, assim, a consulta ficaria muito "fluida".

Foi nesta altura que o Senador José Sarney solicitou que o voto distrital não fosse objeto de uma consulta específica, por considerá-lo uma questão muito polêmica.

— Eu de minha parte concordo — interrompeu o Deputado Ernani Sátiro — mas tudo aqui é polêmico: sublegendas, coligações... Sarney retomou a palavra para, mudando de assunto, manifestar outra preocupação: a de que as eleições de 1982 serão coincidentes pela primeira vez, o que exigirá providências concretas relacionadas com o tipo de chapa a ser empregada e a própria dinâmica da votação. Retomando a solicitação de Sarney, o Deputado Jairo Magalhães (MG) disse que, sem que o voto distrital seja incluído, a consulta deverá, então, ser ampla, sobre qualquer tema.

O Deputado Hugo Napoleão insistiu no sentido de que se elaborasse uma relação de alguns itens, deixando as chamadas questões polêmicas para uma segunda etapa. E também a abertura de prazo para o relator apresentar seu relatório. Somete a última sugestão foi aprovada.

No final, prevaleceu a tese do Senador José Sarney: a consulta não deverá especificar os assuntos, deixando as sugestões a critério de cada um. Todos os participantes da reunião receberam uma pasta contendo um resumo dos 158 projetos que tramitam na Câmara e 28 do Senado que se relacionam com a legislação eleitoral.